

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/2026
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 03/2025)

EDITAL

Torna-se público que o Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, sediado no SHS - Quadra 6 – Complexo Brasil 21 – Bloco E – Sala 2001 - CEP- 70322-915 – Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

UASG da Contratante: **926614**

Data da sessão: **02/04/2026**

Horário: **13:00**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 DO OBJETO

- 1.1** Contratação de serviços de natureza continuada, por meio de empresa especializada na prestação de serviços de **criação do leiaute e fornecimento de documentos de segurança e emissão de Documento de Identidade Profissional (DIP) em Cartões em Policarbonato**, sob demanda, para atender às necessidades do Conselho Federal de Serviço Social, situado em Brasília-DF, e os Conselhos Regionais de Serviço Social dos Estados e do Distrito Federal, consoante especificações deste Termo de Referência.
- 1.2** Fornecer e manter o sistema/software de digitalização dos formulários, além de treinar os trabalhadores dos respectivos Regionais para o uso do software.

Item	Quantidade <u>Estimada</u>	Descrição	Valor Unitário <u>Estimado</u>	Valor total <u>Estimado</u>
1	17.000 unidades anualmente	<p>Fornecimento de Documento de Identidade Profissional (DIP): Cartão em Policarbonato, com Chip PKI homologado pelo ICP, com Fundo complexo artístico; com Tintas OVI (Tinta Opticamente Variável), Anti-scanner, Anti-stokes, Ultravioleta, Relevô Tátil e gravação laser, com fornecimento de Software, suporte técnico e treinamento (online), sendo que o envio das DIPs para cada Regional, fica sob responsabilidade da licitante contratada.</p> <p><i>OBS: O Documento de Identidade Profissional fornecido pelo CRESS terá as seguintes características: número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), fotografia da/o inscrita/o, nome por extenso, nome social, filiação, nacionalidade, naturalidade, data do nascimento, número de registro no CRESS, data da</i></p>	R\$ 52,55	R\$ 893.350,00

		<i>primeira inscrição, sede do exercício profissional, local e data da expedição, assinaturas da/o Presidente e da/o portador/a.</i>		
--	--	--	--	--

1.2. Os serviços a serem contratados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando dados dispostos em Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Os serviços constituem-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à real de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.6. Os quantitativos de serviços estimados em termo de referência que não forem utilizados ao longo do contrato, não poderão ser cobrados e não serão pagos pelo CFESS.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempresendedor individual - MEI, nos limites previstos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.1 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.3 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4 O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.5 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.6 A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e valor anual total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item, devendo a licitante informar o valor unitário.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o

pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o

pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e

lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8 DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,

nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do CFESS.

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa**: *moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

- e) **Multa:** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “a” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação;
- f) Multa: Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 9.3** *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).*
- 9.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 9.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 9.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 9.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.6** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.7** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 9.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise

jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

- 9.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 9.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 9.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o seguinte e-mail: cpl@cfess.org.br

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTE ([ART. 92, V](#))

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento ou da assinatura do contrato.

11.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INPC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 11.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 11.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 11.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cfess.org.br.
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
 - 12.11.2. ANEXO III – Proposta Comercial

Brasília-DF, 18 de março de 2026.

Gleyton Carvalho Amacena
Pregoeiro

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 03/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO (ART. 6º, XXIII, A)

1.1 Contratação de serviços de natureza continuada, por meio de empresa especializada na prestação de serviços de **criação do leiaute e fornecimento de documentos de segurança e emissão de Documento de Identidade Profissional (DIP) em Cartões em Policarbonato**, sob demanda, para atender às necessidades do Conselho Federal de Serviço Social, situado em Brasília-DF, e os Conselhos Regionais de Serviço Social dos Estados e do Distrito Federal, consoante especificações deste Termo de Referência.

1.2 Fornecer e manter o sistema/software de digitalização dos formulários, além de treinar os trabalhadores dos respectivos Regionais para o uso do software.

Item	Quantidade <u>Estimada</u>	Descrição	Valor Unitário <u>Estimado</u>	Valor total <u>Estimado</u>
1	17.000 unidades anualmente	<p>Fornecimento de Documento de Identidade Profissional (DIP): Cartão em Policarbonato, com Chip PKI homologado pelo ICP, com Fundo complexo artístico; com Tintas OVI (Tinta Opticamente Variável), Anti-scanner, Anti-stokes, Ultravioleta, Relevô Tátil e gravação laser, com fornecimento de Software, suporte técnico e treinamento (online), sendo que o envio das DIPs para cada Regional, fica sob responsabilidade da licitante contratada.</p> <p><i>OBS: O Documento de Identidade Profissional fornecido pelo CRESS terá as seguintes características mínimas: número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), fotografia da/o inscrita/o, nome por extenso, nome social, filiação, nacionalidade, naturalidade, data do nascimento, número de registro no CRESS, data da primeira inscrição, sede do exercício profissional, local e data da expedição, assinaturas da/o Presidente e da/o portador/a.</i></p>	R\$ 52,55	R\$ 893.350,00

1.3 Prestar serviços de manuseio para postagens dos objetos impressos aos CRESS ou aos profissionais solicitantes.

1.4 A solução deverá funcionar de forma integrada, prezando pela usabilidade e acessibilidade, bem com disponibilidade, integridade e segurança do ambiente como um todo.

1.5 A CONTRATADA ficará responsável por coletar, tratar, processar, armazenar, gerir, aplicar mecanismos de segurança e cumprimento do Acordo de Nível de Serviço (Service Level Agreement - SLA), o qual será descrito no Termo de Referência, e em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), e ao Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), além de todos os requisitos necessários para o bom funcionamento da solução.

1.6. A licitação será realizada em item único, conforme disposto neste Termo de Referência.

1.7. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário do item, observadas as exigências contidas no Termo de Referência.

1.8. **A quantidade estimada anual é de 17.000 (dezesete mil) cartões, sob demanda.**

1.9 Quaisquer despesas adicionais que não estejam contempladas no quadro anexo serão de inteira responsabilidade das empresas participantes do certame.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS (ART. 6º, XXIII, B)

2.1 O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, com sede e foro na cidade de Brasília-DF e jurisdição em todo o território nacional. Sua finalidade é atuar como instância superior de fiscalização e normatização do exercício da profissão de assistente social, integrando o Sistema CFESS/CRESS, conforme estabelecido em lei.

2.2 Atualmente, o CFESS é composto por 27 (vinte e sete) Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), um em cada unidade da federação. **Dentre suas atribuições legais e regulamentares, está a emissão e controle das carteiras de identidade profissional, instrumento essencial para o exercício regular da profissão de assistente social, funcionando como documento oficial de identificação e de comprovação de habilitação profissional.**

2.3 Em conformidade com os princípios da eficiência e da segurança jurídica, previstos na Lei nº 14.133/2021, e considerando a necessidade de modernização e aprimoramento do processo de emissão das carteiras profissionais, verifica-se a exigência de adoção de um modelo de documento que atenda a elevados padrões de segurança. A utilização de tecnologias avançadas, como policarbonato, chip PKI homologado pela ICP-Brasil e elementos gráficos e físicos que dificultem fraudes e falsificações, é indispensável para proteger a autenticidade do documento e assegurar a credibilidade do Sistema CFESS/CRESS.

2.4 A contratação de uma empresa especializada em produção de documentos de segurança é justificada pela necessidade de assegurar a qualidade técnica do serviço e o cumprimento de requisitos de segurança de informação, confidencialidade e rastreabilidade. A especificidade e a complexidade tecnológica envolvidas na produção de documentos com elementos de segurança, como gravação a laser, tintas especiais (OVI), e chip integrado, demandam expertise que apenas empresas com certificação e capacidade técnica comprovada no setor podem oferecer.

2.5 Além disso, a contratação atende ao princípio da economicidade, considerando que a centralização da produção e envio das carteiras às regionais pelo fornecedor contratado possibilitará maior eficiência logística e redução de custos operacionais, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

2.6 Ressalta-se, ainda, a relevância do treinamento e suporte técnico inclusos na contratação, em atendimento ao princípio do interesse público, visto que essas medidas garantem a correta utilização do sistema e a continuidade das operações de emissão das carteiras de identidade profissional, sem prejuízo ao atendimento dos profissionais inscritos no sistema.

2.7 Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada para a produção e emissão de carteiras de identidade profissional atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021, além de garantir a segurança, qualidade e confiabilidade dos documentos emitidos pelo Sistema CFESS/CRESS.

2.8 Como parte das obrigações contratuais, a licitante contratada deverá desenvolver uma API (Interface de Programação de Aplicações) que permita a integração entre os sistemas de informática atualmente utilizados pelo Sistema CFESS/CRESS e o software que será fornecido pela contratada. Essa API será responsável por captar e transmitir, de forma segura, todos os dados necessários ao processo de emissão das carteiras de identidade profissional, garantindo a compatibilidade entre os sistemas, a integridade das informações e a eficiência operacional. Essa medida visa assegurar a interoperabilidade dos sistemas, em conformidade com o princípio da eficiência previsto na Lei nº 14.133/2021, além de atender às boas práticas de segurança da informação.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, C)

3.1 SOFTWARE DE DIGITALIZAÇÃO DE FORMULÁRIOS

3.1.1 Fornecimento, manutenção, correção e evolução, quando definido pela CONTRATANTE, conforme prazos estabelecidos por esta, e durante todo o período do contrato, incluindo todas as atualizações havidas nesse período, do software de coleta a ser instalado nos equipamentos de estações de captura dos CRESS/UF.

3.1.2 Atualmente o Conselho possui estações de captura distribuídas nos CRESS/UF e **previsão estimada para adquirir cerca de 60 licenças do software para instalação nas estações existentes e futuras. Novas licenças poderão ser fornecidas a critério do CONTRATANTE e sem custo adicional por licença.**

3.1.3 O software de coleta deve ser capaz de fazer a coleta de dados; de delimitar as imagens das coletas realizadas de forma manual, após digitalização; de realizar o controle de qualidade das imagens e de encaminhar os dados aprovados ao SISCAF.

3.1.4 Fica a critério da CONTRATANTE a inclusão de novos manuais de treinamento, conforme surjam necessidades no projeto, sem custos ao CONTRATANTE.

3.1.5 Antes da publicação, todos os manuais, deverão passar por aprovação da CONTRATANTE. Em caso de reprovação, haverá o prazo de 3 (três) dias úteis para correção e ajustes apontados.

3.1.6 O software de coleta deverá ser compatível com os hardwares das estações de coleta, conforme especificação contida no Apêndice I, e ser compatível com os futuros hardwares a serem adquiridos pelos CRESS/UF, de acordo com especificação a ser elaborada no Projeto Executivo juntamente com a CONTRATADA.

3.1.7 O software de coleta deverá ser instalado, pela CONTRATADA de forma presencial ou via acesso remoto, nas estações existentes e nas futuras estações a serem implantadas nos CRESS/UF.

3.1.8 Caso ocorra algum problema que impossibilite a instalação à distância, ou ao critério da CONTRATANTE opte-se pela forma presencial de instalação. Este método deverá ser adotado a critério da CONTRATANTE, conforme prazos estabelecidos por esta.

3.1.9 O pessoal dos CRESS/UF será responsável pela operação do software de coleta para o posterior envio ao Sistema Cadastral, após aprovação.

3.1.10 O software de coleta deve ser capaz de receber as informações enviadas do Sistema Cadastral durante todo o período de contrato - onde serão originárias a solicitações das carteiras profissionais.

3.1.11 O suporte de primeiro nível será prestado pelo CFESS e os problemas serão repassados à contratada no caso do problema ser de sua alçada.

3.2 TREINAMENTO

3.2.1 O treinamento quanto ao uso do software de coleta será dirigido ao pessoal dos CRESS/UF, que deverão operar as atividades em conformidade com este Termo de Referência.

3.2.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar aos CRESS/UF, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato e mantê-lo atualizado durante a vigência do Contrato, um tutorial escrito e/ou em vídeo com o treinamento, a critério da CONTRATANTE, para o uso adequado do software de coleta.

3.2.3 Durante todo o contrato a CONTRATADA deverá disponibilizar o(s) tutorial(is) por meio digital, disponível na rede mundial de computadores, para acesso aos CRESS/UF, conforme estabelecido no Projeto Executivo.

3.2.4 Em caso de atualização de procedimentos, sistemas, ferramentas ou outro mecanismo previsto no Projeto Executivo, a CONTRATADA deverá atualizar os seus manuais e disponibilizar a versão atualizada.

3.2.5 Não sendo possível a compreensão da usabilidade do software de coleta pelo pessoal do CRESS/UF, a CONTRATADA deverá disponibilizar seu colaborador ao CRESS/UF para realizar o treinamento de forma presencial ou a distância, a critério do CRESS/UF, e sem custos a CONTRATANTE.

3.3 DA INTEGRAÇÃO ENTRE O SISTEMA DE CAPTURA FORNECIDA PELA CONTRATADA E O Sistema Cadastral

3.3.1 O software de captura deverá encaminhar os dados de coleta para o banco de dados do Sistema Cadastral em tempo real (imediato).

3.3.2 A CONTRATANTE deverá disponibilizar aplicação para recebimento dos dados coletados.

3.3.3 O Sistema Cadastral valida o CPF/PEDIDO DE DIP informado no software de coleta mediante WebService previamente disponibilizado, em tempo real (imediato).

3.3.4 O Sistema Cadastral receberá os dados coletados e demais informações de controle, armazenando tais informações em estruturas disponíveis como banco de dados, pastas e arquivos, em tempo real (imediato).

3.4 DA INTEGRAÇÃO ENTRE O Sistema Cadastral E O SISTEMA DA CONTRATADA

3.4.1 Após realização da coleta, o Sistema Cadastral armazenará os dados de forma imediata.

3.4.2 Será realizada a validação pelo CRESS/UF que atesta se as informações capturadas no software de coleta estão corretas. Após esta validação o pedido estará disponível para confecção mediante a geração de lotes que será consumido pela CONTRATADA via WebService.

3.4.3 O Sistema Cadastral possui um WebService que envia os dados necessários para confecção das carteiras que será consumido pela CONTRATADA.

3.4.4 As informações enviadas conterão os dados coletados e demais dados biográficos já existentes no banco de dados do Sistema Cadastral que sejam necessários para a confecção do DIP.

3.4.5 O sistema da CONTRATADA deverá possibilitar o recebimento das informações citadas no item anterior em tempo real, armazená-las e proceder com a confecção da carteira profissional contendo os dados recebidos do Sistema Cadastral, aferindo o seguinte:

3.4.5.1 Esse serviço deverá ser dimensionado de forma a garantir o bom desempenho e disponibilidade dos serviços;

3.4.5.2 Esse serviço deverá ser dimensionado de forma a garantir o bom desempenho e disponibilidade dos serviços;

3.4.6 A infraestrutura de TI para comunicação com o Sistema Cadastral, recebimento, armazenamento, banco de dados e processamento dos dados deverá ser dimensionada de forma que não haja degradação no desempenho da solução em caso de falha;

3.4.6.1 Para garantia da disponibilidade e continuidade do negócio, deve-se possuir um plano de contingência, com procedimentos automatizados, que garantam o retorno e a qualidade do serviço prestado. Esse plano de contingência deverá ser apresentado à CONTRATADA antes do início da execução do contrato;

3.4.6.2 As especificações mínimas dos servidores necessários ao pleno funcionamento da solução e o plano de contingência deverão ser apresentadas pela CONTRATADA ao CFESS para aprovação ou adequações, sem custeio adicional ao contrato, visando o atendimento dos níveis de qualidade preconizados neste Termo de Referência.

3.5 DESIGN

3.5.1. O leiaute do cartão será fornecido pelo CFESS, elaborado a partir dos requisitos estabelecidos pelo Conselho Federal de Serviço Social. A contratada utilizará softwares

capazes de gerar **distorções de linhas por meio de algoritmos matemáticos**, com a finalidade de criação de **guilhoche(s)**, elemento gráfico de segurança utilizado para dificultar falsificações.

3.5.2. Ao término do contrato, o arquivo digital correspondente ao leiaute do cartão, bem como eventuais ajustes ou atualizações realizados durante a execução contratual, deverá ser **entregue ao CFESS**, garantindo à Administração a posse e o acesso integral aos arquivos necessários para futuras utilizações.

3.6 PRAZOS PARA A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS

3.6.1 O prazo para a implantação dos Sistemas de Coleta de Dados e Gestão de Pedidos será de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do Contrato, no mesmo período deverá ser definido o layout e a Contratada deverá produzir amostras para aprovação.

3.7 PRODUÇÃO DO CARTÃO EM AMBIENTE SEGURO

3.7.1 A Contratada deverá manter, em suas instalações, normas de segurança e confiabilidade que possam afiançar o total sigilo e a integridade das informações e documentos. O ambiente deverá ter os seguintes itens como obrigatórios:

- 3.7.1.1 Acesso controlado por senha, crachá e horário;
- 3.7.1.2 Local monitorado por câmeras, dentro do ambiente de produção e nas entradas e saídas;
- 3.7.1.3 Ramais telefônicos controlados;
- 3.7.1.4 Processo de fragmentação especial de documentos com câmeras de circuito interno de TV;
- 3.7.1.5 Cofre padrão ABNT;
- 3.7.1.6 Coleta de lixo especializada via pessoal autorizado;
- 3.7.1.7 Porta de segurança reforçada (aço ou metal resistente)
- 3.7.1.8 Antessala anexa ao ambiente de produção, com intertravamento das portas, tal que não seja possível ingressar no ambiente sem que a porta externa esteja fechada e/ou produção com controle por processo em que seja possível a verificação e monitoramento de todos os insumos e documentos de segurança produzidos no local.
- 3.7.1.9 Vigilância 24 (vinte e quatro) horas durante todos os dias.
- 3.7.1.10 Equipe de segurança independente da administração direta do processo de emissão;
- 3.7.1.11 A impressão do Cartão de Policarbonato deverá ser feita dentro das instalações da contratada, a fim de manter a autoria e responsabilização de segurança por todo o processo de fabricação e personalização;
- 3.7.1.12 Controle em todos os setores a respeito do trâmite do documento (registro de entrada e saída de estoque), seja enquanto papel de segurança ou documento personalizado;

3.8 LOTES DE EXPEDIÇÃO

3.8.1 Os pedidos que estiverem aprovados com as imagens digitalizadas serão processados em até 4 lotes por mês, com data a definir

3.9 CARTÕES EM POLICARBONATO

3.9.1 A Contratada será responsável pela produção e personalização das Carteiras de Identidade Profissional, sendo que os Cartões em Policarbonato deverão conter os seguintes elementos de segurança:

3.9.2 Dimensões: Largura: 85,6 mm / Altura: 54,0 mm / Espessura: 0,82 mm

- 3.9.3 Impressão: Frente e Verso
- 3.9.4 Estrutura: Camadas de Policarbonato laminadas sob pressão e alta temperatura formando um único corpo de cartão, especialmente preparado para gravação a laser
- 3.9.5 Elementos gráficos:
 - 3.9.5.1 Fundo de Segurança: Fundo complexo artístico composto de desenho exclusivo envolvendo elementos decorativos como guilhões, fundo numismático, duplex e microletas
 - 3.9.5.2 Imagem de Fundo Integrada: Dégradé harmonioso entre a área do cartão e a área da foto com sobreposição da borda da foto com o fundo de segurança.
- 3.9.6 Tintas de Segurança :
 - 3.9.6.1 OVI (Tinta Ópticamente Variável) : A tinta muda de cor dependendo do ângulo em que o cartão é visto, normalmente de verde para azul ou de azul para violeta.
 - 3.9.6.2 Anti-scanner : Tinta de Segurança com efeito ótico perolizado lustroso que impossibilita a reprodução quando submetido a equipamentos digitais, scanner e fotocópia.
 - 3.9.6.3 Anti-stokes : Tinta de segurança visível somente pela luz infra-vermelha
 - 3.9.6.4 Ultravioleta: Tintas fluorescentes, invisíveis sob luz normal e que só revelam sob luz ultravioleta o desenho/texto oculto.
 - 3.9.6.5 Relevo Tátil: Relevo positivo de fácil visualização e percepção tátil.
- 3.9.7 Personalização de Dados Variáveis e imagens
 - 3.9.7.1 Gravação a laser : Gravação dos dados variáveis, tais como nome, data de nascimento, filiação, e das imagens que farão parte do cartão, como fotografia, assinatura, se dará através de gravação a laser, em tons de cinza.
 - 3.9.7.2 Imagem fantasma : Imagem da fotografia gravada a laser em formato reduzido à original e em tom acinzentado.
- 3.9.8 Características técnicas do chip: O cartão com chip micro processado para identificação é um meio de armazenamento seguro, não fraudável, com excelentes características e alta segurança de dados, particularmente contra fraudes e alterações. A seguir apresentamos as características do chip a ser ofertado:
- 3.9.9 Memória EEPROM de 32 kb
 - 3.9.9.1 Protocolos de interface T=0 e T=1
 - 3.9.9.2 Criptografia 2048 bit RSA, AES 256 bit, SHA-256
 - 3.9.9.3 Conformidade aos padrões: ISSO 7816, ISSO 14443^a
 - 3.9.9.4 Java card 2.2.1.
- 3.9.10 Certificações
 - 3.9.10.1 Common Criteria EAL 5+
 - 3.9.10.2 FIPS140-2 Level 3
- 3.9.11 Outras características
 - 3.9.11.1 Domínio de segurança múltipla
 - 3.9.11.2 Múltiplo DAP (DES e RSA)
 - 3.9.11.3 Applet para gerenciamento de certificados e pares de chaves (PKI) Safesign

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, D) REQUISITOS LEGAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Fundamentação Legal e Normativa

4.1.1. A contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e competitividade (art. 5º).

4.1.2. O objeto da contratação atende ao interesse público, garantindo a regularidade e segurança na emissão dos Documentos de Identidade Profissional (DIP) para os assistentes sociais inscritos no Sistema CFESS/CRESS.

4.1.3. A licitação seguirá a modalidade mais adequada ao caso concreto, garantindo ampla concorrência e seleção da proposta mais vantajosa, conforme os critérios estabelecidos nos artigos 28 a 41 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Critérios de Qualificação e Exigências para a Licitante

4.2.1. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica-operacional e experiência anterior na produção de documentos de segurança, conforme permitido pelo art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2. A contratada deverá apresentar atestados de capacidade técnica, emitidos por entidades públicas ou privadas, comprovando a prestação de serviços similares, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.3. Serão exigidos documentos que atestem a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa, conforme os requisitos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Segurança da Informação e Proteção de Dados

4.3.1. A contratação deverá obrigatoriamente estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, especialmente no que se refere ao tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais dos profissionais inscritos no CFESS/CRESS.

4.3.2. A empresa deverá adotar medidas técnicas e organizacionais para garantir a proteção dos dados contra acessos indevidos, vazamentos ou alterações indevidas, conforme exigido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

4.3.3. O contrato deverá prever cláusulas específicas de confidencialidade e sigilo, estabelecendo a responsabilidade da contratada pelo tratamento e proteção dos dados dos profissionais.

4.4. Certificações e Regulamentações Específicas

4.4.1. A produção dos cartões deverá atender aos requisitos de segurança e certificação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), responsável pela regulamentação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), garantindo a autenticidade do chip PKI.

4.4.2. O software fornecido deverá estar em conformidade com as diretrizes de segurança cibernética, seguindo normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR ISO/IEC 27001) para proteção de informações sensíveis.

4.5. Obrigações Contratuais e Penalidades

4.5.1. O contrato poderá prever cláusulas de garantia de execução, podendo ser exigida garantia contratual nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, para assegurar a plena execução dos serviços.

4.5.2. Serão estipuladas multas e penalidades para casos de descumprimento contratual, atrasos na entrega ou falhas nos serviços prestados, conforme estabelecido nos artigos 154 e 155 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.3. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

4.6. Execução e Fiscalização Contratual

4.6.1. O CFESS designará gestores e fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar e verificar a execução dos serviços, garantindo o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada.

4.6.2. A empresa deverá prestar contas periodicamente sobre a execução dos serviços, fornecendo relatórios detalhados conforme estipulado no contrato.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO (ART. 6º, XXIII, E)

5.1. Etapa 1 – Formalização e Planejamento

Objetivo: Garantir que todas as condições contratuais estejam estabelecidas e que o serviço seja iniciado conforme os requisitos definidos.

- Assinatura do contrato entre o **CFESS e a empresa contratada**, com definição de cronogramas e obrigações.
- Apresentação, pela contratada, de um **Plano de Trabalho**, detalhando o fluxo de produção, a logística de distribuição e os mecanismos de controle de qualidade.
- Definição dos **pontos focais** para gestão do contrato, designando **gestores e fiscais** conforme o **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**.
- Apresentação da **garantia contratual** (se exigida) conforme **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**.
- Validação da **infraestrutura tecnológica**, incluindo a **API de integração** entre os sistemas do CFESS/CRESS e o software fornecido pela contratada.

5.2. Etapa 2 – Desenvolvimento e Homologação do Sistema

Objetivo: Implementar e validar as soluções tecnológicas para garantir a integração dos sistemas e o correto funcionamento do software.

- Desenvolvimento e testes da **API de integração**, garantindo compatibilidade com os sistemas do **Sistema CFESS/CRESS**.
- Implantação e homologação do **software de gestão e emissão dos DIPs**, assegurando que ele atenda aos requisitos de funcionalidade, segurança e usabilidade.
- Treinamento remoto dos servidores do CFESS/CRESS que utilizarão a plataforma.
- Correções e ajustes, caso necessários, para otimização do funcionamento.

5.3. Etapa 3 – Produção e Distribuição dos Documentos de Identidade Profissional (DIP)

Objetivo: Assegurar a produção e o fornecimento dos cartões com as especificações exigidas.

- Recebimento dos dados dos profissionais por meio da **API integrada**.

- Processamento das informações e **personalização dos cartões em policarbonato** com chip PKI homologado pela ICP-Brasil.
- Aplicação dos **mecanismos de segurança**: fundo artístico complexo, tintas especiais (OVI, anti-scanner, UV), relevo tátil e gravação a laser.
- Controle de qualidade dos documentos emitidos, garantindo conformidade com as especificações contratuais.
- **Logística de distribuição**: envio dos DIPs para os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), com rastreamento e comprovação de entrega.

5.4. Etapa 4 – Monitoramento, Suporte Técnico e Manutenção

Objetivo: Garantir o funcionamento contínuo do sistema e a resolução de eventuais problemas.

- Disponibilização de **suporte técnico remoto** para esclarecimento de dúvidas e solução de falhas operacionais.
- Manutenção e eventuais atualizações no **software e na API de integração**.
- Monitoramento do desempenho do sistema e avaliação da qualidade dos serviços prestados.
- Relatórios periódicos para acompanhamento da execução contratual.

5.5. Etapa 5 – Encerramento Contratual e Avaliação dos Resultados

Objetivo: Finalizar a execução do contrato com a verificação do cumprimento integral das obrigações.

- Apresentação de relatório final detalhado sobre a execução do contrato, contendo dados quantitativos e qualitativos.
- Verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, com possível aplicação de penalidades em caso de descumprimento.
- Caso aplicável, devolução da **garantia contratual** após comprovação do cumprimento total das obrigações.
- Encerramento do contrato e arquivamento dos documentos relacionados.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE (ART. 6º, XXIII, F)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do

plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. Não será necessário manter preposto da empresa no local da execução do objeto, entretanto, deverá indicar responsável por todas as tratativas entre o CFESS e a contratada.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.27. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.28. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.31. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.32. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.32.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.32.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.32.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.32.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.32.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.32.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.32.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.32.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.32.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.32.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.32.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.32.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.32.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.32.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.32.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.32.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

- 6.32.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato;
- 6.32.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.32.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.32.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.32.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.32.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.32.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.32.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.32.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.32.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.32.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.32.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.32.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.32.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.32.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.32.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.32.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.32.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.32.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de

rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.32.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.32.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.32.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.32.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.32.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.32.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.32.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.32.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.32.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.33. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.34. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.35. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.36. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.37. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.38. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.39. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, G)

7.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias devidas, de acordo com a quantidade efetivamente entregue no CFESS, conforme quantidades, especificações e prazos deste Termo de Referência.

7.2 As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

7.2.1 A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação de pagamento, acompanhado de relatórios circunstanciados dos serviços efetivamente realizados e das respectivas ordens de serviço, no endereço eletrônico: cpl@cfess.org.br

7.2.2 Caberá à fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento

7.2.3 A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pelo Setor de Gestão de Contratos do CFESS.

7.2.4 A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 121 c/c o art. 92, XVI, da Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

7.2.4.1 comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

7.2.4.2 comprovante da regularidade (ou não inscrição) para com a Fazenda Estadual/Distrital.

7.2.4.3 comprovante da regularidade (ou não inscrição) para com a Fazenda Municipal, caso houver.

7.2.4.4 comprovante da regularidade para com o FGTS; e

7.2.4.5 comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho;

7.2.5 Os comprovantes de regularidade:

7.2.5.1 somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

7.2.5.2 poderão ser substituídos por documento emitido ou no SICAF (níveis de cadastramento II e III);

7.2.6 A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas

aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.

7.2.7 A CONTRATADA deverá, se for o optante do SIMPLES, apresentar a declaração de optante do SIMPLES, conforme IN SRF 1234/2012.

7.2.8 Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista: Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente; e Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei

7.2.9 Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

7.2.10 O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal ao setor de contratos, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

7.2.11 No caso do não pagamento da nota fiscal até o 10º (décimo) dia útil, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 11º (décimo primeiro) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõem o art. 92, inc. V, da Lei n. 14.133/2021.

7.2.12 Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante da proposta que originou este contrato.

8 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, H)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica (Empreitada por Preço Unitário – de acordo com a quantidade de solicitações de emissão das DIPs). A empresa contratada fornecerá **cada unidade do DIP** por um valor previamente fixado no contrato.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123,

de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2 capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.3 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.23.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer

respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.32. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.33. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.34. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.35. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.37. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO (ART. 6º, XXIII, I)

9.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada em fontes oficiais de contratações públicas e em consulta direta ao mercado**, conforme boas práticas de formação de preços adotadas pela Administração Pública e em consonância com o disposto no **art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021**.

9.2. Para fins de estimativa, foram considerados valores obtidos no **Painel de Preços do Governo Federal**, consultas registradas no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e **cotação direta junto a fornecedor do mercado**, cujos documentos comprobatórios encontram-se anexados ao processo administrativo.

9.3. Levantamento de preços – contratações públicas (2023 e 2024)

Foram identificados os seguintes valores unitários em contratações públicas registradas no Painel de Preços:

a) Painel de Preços: **R\$ 45,72** – Nº Pregão: 01/2023 – UASG: 925048 – CNPJ: 03.514.896/0001-15 – THOMAS GREG & SONS GRÁFICA E SERVIÇOS,

INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

b) Painel de Preços: **R\$ 49,90** – Nº Pregão: 70/2023 – UASG: 974002 – CNPJ: 04.400.995/0003-09 – GIESECKE+DEVRIENT EPAYMENTS BRASIL LTDA.

c) Painel de Preços: **R\$ 64,00** – Nº Pregão: 90007/2024 – UASG: 926270 – CNPJ: 33.113.309/0001-47 – VALID SOLUÇÕES S.A.

9.4. A partir dos valores identificados, foi aplicada a **média aritmética simples**, conforme memória de cálculo abaixo:

$$(R\$ 45,72 + R\$ 49,90 + R\$ 64,00) \div 3 = R\$ 53,21$$

9.5. Dessa forma, a média das contratações públicas identificadas para os anos de **2023 e 2024** corresponde a **R\$ 53,21 (cinquenta e três reais e vinte e um centavos)** por unidade.

9.6 Levantamento de preços – pesquisas recentes de mercado (2025 e 2026)

Também foram considerados valores mais recentes obtidos por meio de consulta ao PNCP e cotação direta junto a fornecedor atuante no mercado:

a) Painel de Preços / PNCP: **R\$ 60,09** – Nº Pregão: 90009/2025 – UASG: 925042 – CNPJ: 33.113.309/0001-47 – VALID SOLUÇÕES S.A.

b) Cotação direta obtida em **2026: R\$ 45,00** – GIESECKE+DEVRIENT EPAYMENTS BRASIL LTDA., valor atualmente praticado nos serviços prestados ao CFESS.

Aplicando-se igualmente a **média aritmética simples**, obtém-se:

$$(R\$ 60,09 + R\$ 45,00) \div 2 = R\$ 52,55$$

Assim, a média apurada para as pesquisas realizadas nos anos de **2025 e 2026** corresponde a **R\$ 52,55 (cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)** por unidade.

9.7 Comparativo das médias apuradas

A análise comparativa das médias obtidas demonstra **proximidade entre os valores identificados**, conforme apresentado abaixo:

Período analisado	Média apurada
Contratações públicas (2023–2024)	R\$ 53,21
Pesquisas recentes (2025–2026)	R\$ 52,55

9.7.1. Observa-se que os valores médios são **bastante próximos**, o que evidencia a **consistência da pesquisa de preços realizada** e a aderência aos valores praticados no mercado.

9.7.2. Todavia, considerando o princípio da **atualidade da informação na formação do preço estimado**, opta-se por **adotar como referência para a estimativa da**

contratação a média das pesquisas mais recentes (2025 e 2026), por refletirem de forma mais atualizada as condições de mercado.

9.8 Valor estimado da contratação

9.8.1. Dessa forma, considera-se como **valor estimado unitário para emissão de cada DIP o montante de R\$ 52,55** (cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

9.8.2. Considerando a **quantidade estimada de 17.000 (dezessete mil) impressões anuais**, o valor anual estimado da contratação corresponde a **R\$ 893.350,00** (oitocentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta reais).

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, J)

10.1 Informamos, por fim, que a rubrica para pagamento das despesas com a contratação será a seguinte:

Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.041 - Despesas com DIP - Documento de Identidade Profissional

Centro de Custo: 01.04.01.01 -ATIVIDADE – Expedição do Documento de Identidade Profissional – DIP

Brasília-DF, 10 de março de 2026.

GLEYTON CARVALHO AMACENA

Conselho Federal de Serviço Social

Agente de Contratação

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - UASG: 926614
(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 03/2025)**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (Art. 18, § 1º, I, Lei 14.133/2021)

1.1 O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro em Brasília-DF e jurisdição em todo o território nacional, tem como finalidade atuar como instância superior de fiscalização e normatização do exercício da profissão de assistente social, integrando o Sistema CFESS/CRESS, conforme estabelecido em lei.

1.2 O Sistema CFESS/CRESS é composto por 27 (vinte e sete) Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), um em cada unidade da federação. Dentre suas atribuições legais e regulamentares, destaca-se a emissão e o controle das carteiras de identidade profissional, documento essencial para o exercício regular da profissão de assistente social, funcionando como documento oficial de identificação e de comprovação de habilitação profissional.

1.3 Em conformidade com os princípios da eficiência e da segurança jurídica, previstos na Lei nº 14.133/2021, e considerando a necessidade de modernização e aprimoramento do processo de emissão das carteiras profissionais, verifica-se a exigência de adoção de um modelo de documento que atenda a elevados padrões de segurança. **A utilização de tecnologias avançadas, como policarbonato, chip PKI homologado pela ICP-Brasil e elementos gráficos e físicos que dificultem fraudes e falsificações, é indispensável para proteger a autenticidade do documento e assegurar a credibilidade do Sistema CFESS/CRESS.**

1.4 A contratação de uma empresa especializada em produção de documentos de segurança é justificada pela necessidade de assegurar a qualidade técnica do serviço e o cumprimento de requisitos de segurança da informação, confidencialidade e rastreabilidade. A especificidade e a complexidade tecnológica envolvidas na produção de documentos com elementos de segurança, como gravação a laser, tintas especiais (OVI) e chip integrado, demandam expertise que apenas empresas com certificação e capacidade técnica comprovada no setor podem oferecer.

1.5 Além disso, a contratação atende ao princípio da economicidade, considerando que a centralização da produção e envio das carteiras às regionais pelo fornecedor contratado possibilitará maior eficiência logística e redução de custos operacionais, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

1.6 Ressalta-se, ainda, a relevância do treinamento e suporte técnico inclusos na contratação, em atendimento ao princípio do interesse público, visto que essas medidas garantem a correta utilização do sistema e a continuidade das operações de emissão das carteiras de identidade profissional, sem prejuízo ao atendimento dos profissionais inscritos no sistema.

1.7 Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada para a produção e emissão de carteiras de identidade profissional atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021, além de garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos documentos emitidos pelo Sistema CFESS/CRESS.

1.8 Como parte das obrigações contratuais, a licitante contratada deverá realizar a integração com a API disponibilizada pelo Implanta, operacionalizada por meio de Linked Server, com acesso a VIEW específica que conterá os pedidos disponíveis para processamento, bem como permissões para atualização dos respectivos status no sistema.

1.8.1. A integração será responsável por possibilitar a captação, transmissão e tratamento seguro dos dados necessários ao processo de emissão das Carteiras de Identidade Profissional, garantindo a

compatibilidade entre os sistemas envolvidos, a integridade, autenticidade e confiabilidade das informações, bem como a eficiência operacional do fluxo de emissão.

1.8.2. A medida visa assegurar a interoperabilidade dos sistemas, em conformidade com o princípio da eficiência previsto na Lei nº 14.133/2021, além de atender às boas práticas de segurança da informação e proteção de dados aplicáveis.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (Art. 18, § 1º, II, Lei 14.133/2021)

2.1 A presente contratação está prevista no **Plano de Contratações Anual do CFESS**, em conformidade com os procedimentos de planejamento estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e nos normativos internos aplicáveis. A inclusão no plano assegura o alinhamento estratégico da contratação com as necessidades da Administração, garantindo a previsibilidade orçamentária e a coerência com os objetivos institucionais do CFESS.

2.2 A demanda foi formalmente registrada no **Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 20/2024 e na DFD nº 30/2025**, consolidando a necessidade de contratação para a produção e fornecimento de Documentos de Identidade Profissional (DIPs). Esse registro reforça o caráter planejado da contratação e a sua essencialidade para o adequado funcionamento do Sistema CFESS/CRESS, especialmente no que tange à fiscalização e regulamentação do exercício da profissão de assistente social.

2.3 Dessa forma, a contratação atende ao princípio do planejamento na Lei nº 14.133/2021, garantindo que a Administração adote medidas prévias para fundamentar a necessidade do serviço, viabilizando a condução do certame de forma eficiente, econômica e em conformidade com o interesse público.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, III, Lei 14.133/2021).

3.1. A licitante deverá demonstrar experiência comprovada na produção e fornecimento de documentos de segurança, assegurando que dispõe de **capacidade técnica, infraestrutura e expertise** necessárias para atender à demanda do CFESS/CRESS. Para tanto, será exigido:

3.1.1. Atestados de Capacidade Técnica: apresentação de documentos emitidos por entidades públicas ou privadas que comprovem a execução anterior de serviços similares, incluindo a produção de **documentos físicos com itens de segurança, personalização e gerenciamento de banco de dados sigiloso**.

3.1.2. Infraestrutura e Tecnologia: comprovação de que a licitante dispõe de equipamentos e softwares adequados para a **produção, personalização e armazenamento seguro dos DIPs**, incluindo:

- Impressão em **policarbonato** e gravação a laser;
- Chip **PKI homologado pela ICP-Brasil**;
- Medidas antifraude, como **OVI (Optically Variable Ink)**, **microtextos** e **QR Code para validação digital**.

3.1.3. Capacidade de Atendimento: comprovação de que a empresa tem condições operacionais para **produzir e entregar 17.000 DIPs anuais**, de forma escalável e sem comprometer a qualidade e os prazos estabelecidos.

3.1.4. Suporte Técnico e Manutenção: compromisso de fornecer **suporte contínuo** para eventuais problemas técnicos, além de realizar atualizações e manutenções periódicas no software de gestão do processo de emissão dos documentos.

3.2. Segurança da Informação e Proteção de Dados

Considerando o caráter **sigiloso e sensível** dos dados processados para a emissão dos DIPs, a licitante deverá comprovar conformidade com normas e boas práticas de **segurança da informação**, incluindo:

3.2.1. **Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018:** comprovação de que a empresa adota medidas para **proteção, armazenamento e compartilhamento seguro** dos dados dos profissionais inscritos no CFESS/CRESS.

3.2.2. **Certificações de Segurança:** a licitante deverá comprovar conformidade com normas como:

- **ABNT NBR 15540** (Sistema de Segurança da Tecnologia Gráfica);
- **ICP-Brasil** (para certificação digital e autenticação de documentos).

3.2.3. **Integração de Sistemas por meio de Linked Server:** a empresa deverá realizar a integração com a API disponibilizada pelo Implanta, operacionalizada por meio de Linked Server, com acesso a VIEW específica contendo os pedidos disponíveis para processamento e permissões para atualização dos respectivos status, garantindo interoperabilidade, integridade, segurança e confiabilidade na captação e transmissão dos dados entre os sistemas envolvidos.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (Art. 18, § 1º, IV, Lei 14.133/2021)

4.1. Com base nos dados dos últimos três anos, observa-se que a média anual de emissões de Documentos de Identidade Profissional (DIPs) foi de **19.141 unidades**. No entanto, para fins de planejamento e controle, a **estimativa** considerada para esta contratação será de **17.000 unidades anuais (valor de referência, o CFESS não está obrigado a garantir a produção estimada)**.

4.2. Como a licitação será realizada na modalidade **Registro de Preços**, o fornecedor vencedor apresentará um **valor unitário por emissão**, garantindo que a formação de preços não seja afetada pelo fato de a estimativa estar abaixo da média histórica. Assim, a administração poderá solicitar quantidades conforme a demanda real, sem comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

4.3. As tabelas anexas (anexo 1, 2 e 3) apresentam os números detalhados de emissões nos anos de 2023, 2024 e 2025, servindo como referência para essa estimativa.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (Art. 18, § 1º, V, Lei 14.133/2021)

5.1. Alternativas de Solução: No mercado, existem diferentes tecnologias e materiais utilizados para a confecção de documentos de identificação profissional. As principais alternativas analisadas foram:

- a) **Cartão em PVC tradicional** – opção mais simples e de menor custo, porém, com baixa durabilidade e segurança limitada contra fraudes e falsificações.
- b) **Cartão em policarbonato sem chip** – material mais resistente, com maior vida útil e possibilidade de personalização avançada, mas sem recursos criptográficos adicionais.
- c) **Cartão em policarbonato com chip PKI homologado pela ICP-Brasil** – solução que alia alta durabilidade a mecanismos de segurança digital e física, garantindo autenticidade, rastreabilidade e proteção contra falsificações.

5.2. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha: Após análise comparativa, concluiu-se que a opção **cartão em policarbonato com chip PKI homologado pela ICP-Brasil** é a mais vantajosa, pois:

- a) **Garante maior segurança** contra fraudes, conforme os padrões internacionais de identificação segura.
- b) **Atende às exigências regulatórias**, garantindo a autenticidade dos documentos emitidos pelo Sistema CFESS/CRESS.
- c) **Oferece melhor relação custo-benefício**, considerando a durabilidade do material e a redução da necessidade de reemissões frequentes.

- d) **Possibilita integração com sistemas digitais**, permitindo futuramente a implementação de novas funcionalidades para os profissionais assistentes sociais.

5.3. Modelo de Contratação: Diante das características do objeto, optou-se pela modalidade **Registro de Preços**, no regime de **Empreitada por Preço Unitário**, permitindo maior flexibilidade na aquisição conforme a demanda real do CFESS e seus Conselhos Regionais.

5.4. Com base no levantamento de mercado e na análise técnica e econômica realizada, a contratação da solução especificada demonstra-se a mais adequada para atender ao interesse público, garantindo segurança, eficiência e economicidade na emissão dos Documentos de Identidade Profissional.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (Art. 18, § 1º, VI, Lei 14.133/2021)

6.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada em fontes oficiais de contratações públicas e em consulta direta ao mercado**, conforme boas práticas de formação de preços adotadas pela Administração Pública e em consonância com o disposto no **art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021**.

6.2. Para fins de estimativa, foram considerados valores obtidos no **Painel de Preços do Governo Federal**, consultas registradas no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e **cotação direta junto a fornecedor do mercado**, cujos documentos comprobatórios encontram-se anexados ao processo administrativo.

6.3. Levantamento de preços – contratações públicas (2023 e 2024)

Foram identificados os seguintes valores unitários em contratações públicas registradas no Painel de Preços:

- a) Painel de Preços: **R\$ 45,72** – Nº Pregão: 01/2023 – UASG: 925048 – CNPJ: 03.514.896/0001-15 – THOMAS GREG & SONS GRÁFICA E SERVIÇOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
- b) Painel de Preços: **R\$ 49,90** – Nº Pregão: 70/2023 – UASG: 974002 – CNPJ: 04.400.995/0003-09 – GIESECKE+DEVRIENT EPAYMENTS BRASIL LTDA.
- c) Painel de Preços: **R\$ 64,00** – Nº Pregão: 90007/2024 – UASG: 926270 – CNPJ: 33.113.309/0001-47 – VALID SOLUÇÕES S.A.

6.4. A partir dos valores identificados, foi aplicada a **média aritmética simples**, conforme memória de cálculo abaixo:

$$(R\$ 45,72 + R\$ 49,90 + R\$ 64,00) \div 3 = R\$ 53,21$$

6.5. Dessa forma, a média das contratações públicas identificadas para os anos de **2023 e 2024** corresponde a **R\$ 53,21 (cinquenta e três reais e vinte e um centavos)** por unidade.

6.6 Levantamento de preços – pesquisas recentes de mercado (2025 e 2026)

Também foram considerados valores mais recentes obtidos por meio de consulta ao PNCP e cotação direta junto a fornecedor atuante no mercado:

- a) Painel de Preços / PNCP: **R\$ 60,09** – Nº Pregão: 90009/2025 – UASG: 925042 – CNPJ: 33.113.309/0001-47 – VALID SOLUÇÕES S.A.

b) Cotação direta obtida em **2026: R\$ 45,00** – GIESECKE+DEVRIENT EPAYMENTS BRASIL LTDA., valor atualmente praticado nos serviços prestados ao CFESS.

Aplicando-se igualmente a **média aritmética simples**, obtém-se:

$$(R\$ 60,09 + R\$ 45,00) \div 2 = R\$ 52,55$$

Assim, a média apurada para as pesquisas realizadas nos anos de **2025 e 2026** corresponde a **R\$ 52,55 (cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)** por unidade.

6.7 Comparativo das médias apuradas

A análise comparativa das médias obtidas demonstra **proximidade entre os valores identificados**, conforme apresentado abaixo:

Período analisado	Média apurada
Contratações públicas (2023–2024)	R\$ 53,21
Pesquisas recentes (2025–2026)	R\$ 52,55

6.7.1. Observa-se que os valores médios são **bastante próximos**, o que evidencia a **consistência da pesquisa de preços realizada** e a aderência aos valores praticados no mercado.

6.7.2. Todavia, considerando o princípio da **atualidade da informação na formação do preço estimado**, opta-se por **adotar como referência para a estimativa da contratação a média das pesquisas mais recentes (2025 e 2026)**, por refletirem de forma mais atualizada as condições de mercado.

6.8 Valor estimado da contratação

6.8.1. Dessa forma, considera-se como **valor estimado unitário para emissão de cada DIP o montante de R\$ 52,55** (cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

6.8.2. Considerando a **quantidade estimada de 17.000 (dezesete mil) impressões anuais**, o **valor anual estimado da contratação corresponde a R\$ 893.350,00** (oitocentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (Art. 18, § 1º, VII, Lei 14.133/2021)

7.1. A presente contratação visa o fornecimento de **Documentos de Identidade Profissional (DIP)** para os assistentes sociais inscritos no Sistema CFESS/CRESS. O DIP será confeccionado em **cartão de policarbonato**, contendo um **chip PKI homologado pela ICP-Brasil** e múltiplos elementos de segurança para garantir sua autenticidade e dificultar falsificações.

7.1.1. Além da produção e fornecimento dos cartões, a empresa contratada deverá disponibilizar um **software de gestão para controle e emissão dos documentos**, bem como uma **API para integração com os sistemas já utilizados pelo CFESS e Conselhos Regionais**. Essa integração garantirá a eficiência no fluxo de emissão e a rastreabilidade dos documentos.

7.1.2. A solução contratada contemplará ainda o serviço de **logística para envio dos cartões aos Conselhos Regionais** em todo o território nacional, conforme demanda do CFESS.

7.2. Para assegurar o funcionamento adequado do sistema e a continuidade do serviço, a empresa contratada deverá fornecer:

a) **Suporte técnico especializado** – Atendimento remoto para resolver problemas técnicos relacionados ao software e à API de integração.

b) **Treinamento** – Capacitação online para os usuários do CFESS/CRESS, garantindo o uso correto do sistema.

c) **Correção de falhas e atualizações** – Manutenção corretiva e evolutiva do software fornecido, garantindo compatibilidade e segurança.

d) **Garantia de integridade dos dados** – A empresa deverá assegurar a proteção e a confidencialidade das informações processadas, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

7.3. A escolha dessa solução completa se justifica pela necessidade de garantir um processo eficiente, seguro e tecnologicamente atualizado para a emissão dos Documentos de Identidade Profissional, atendendo aos princípios da eficiência, segurança da informação e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, VIII, Lei 14.133/2021)

A contratação do fornecimento de **Documentos de Identidade Profissional (DIP)** não será parcelada, conforme justificado a seguir:

8.1. O objeto da contratação consiste na produção e emissão de documentos, com a utilização de tecnologias específicas (como chip PKI e gravação a laser), que exigem um fornecimento contínuo e uniforme para garantir a integridade e autenticidade dos DIPs emitidos. O serviço de fornecimento e entrega das carteiras deve ser realizado de forma integrada, sem interrupções, a fim de garantir a regularidade da emissão e a confiança no sistema como um todo. Parcelar a contratação comprometeria a padronização e a integridade do processo.

8.2. O parcelamento não seria eficiente, pois a emissão dos DIPs está vinculada a uma demanda anual, com variações mensais que devem ser atendidas de forma contínua. A realização de múltiplas contratações em períodos menores acarretaria custos operacionais elevados e ineficiência logística.

8.3. A contratação realizada em uma única operação permite maior aproveitamento de recursos, com a aplicação de **economias de escala**, já que o fornecedor contratado poderá otimizar a produção, armazenamento e envio dos DIPs, resultando em menor custo unitário para a Administração Pública.

8.4. O modelo de **Registro de Preços** utilizado garantirá que a contratação se ajuste à real necessidade de emissão ao longo do período contratual. Portanto, não há necessidade de parcelamento, uma vez que o processo de registro de preços já proporciona flexibilidade para a aquisição de documentos conforme a demanda, sem comprometimento da eficiência e segurança do processo.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (Art. 18, § 1º, IX, Lei 14.133/2021)

9.1. A centralização da produção e do fornecimento dos DIPs em um único contrato permitirá à Administração Pública obter economias de escala, reduzindo o custo unitário dos documentos ao longo do tempo. A licitação será realizada na modalidade de Registro de Preços, garantindo que a contratação se ajuste à demanda efetiva, sem a necessidade de comprometer grandes quantidades de recursos no início do processo. Isso proporcionará a melhor utilização do orçamento disponível, com preços competitivos e vantajosos.

9.1.1. Além disso, a contratação de uma empresa especializada assegura que a produção dos DIPs seja realizada com a devida qualidade, segurança e tecnologia, evitando custos adicionais com reimpressões ou correções de falhas nos documentos e a evitação de fraudes, que poderiam acarretar custos adicionais não previstos.

9.2. A contratação de uma empresa especializada, que oferece suporte técnico e treinamento para os servidores do CFESS e Conselhos Regionais, garantirá o aproveitamento mais eficiente dos recursos humanos envolvidos. Com o treinamento adequado, os servidores poderão realizar as atividades de

emissão e controle dos documentos de maneira mais eficiente, com menor necessidade de retrabalho ou correções. Além disso, a centralização dos processos de emissão nos sistemas da empresa contratada reduzirá a sobrecarga de trabalho interno, permitindo que os servidores possam se concentrar em outras atividades essenciais.

9.3. A empresa contratada será responsável pela logística de envio dos DIPs aos Conselhos Regionais, o que otimiza o uso dos recursos materiais e logísticos do CFESS, evitando que a autarquia precise estruturar e manter uma rede própria de distribuição. Com isso, será possível reduzir custos operacionais e otimizar o uso de infraestrutura já existente.

9.4. Com a implementação da solução contratada, espera-se que o CFESS obtenha:

- a) Redução de custos operacionais relacionados à emissão, armazenamento e envio dos DIPs, através da centralização e utilização de tecnologias avançadas.
- b) Aumento da eficiência na emissão de documentos, com menor tempo de processamento e maior controle sobre as informações.
- c) Maior segurança e confiabilidade nos DIPs emitidos, minimizando riscos de fraudes e falsificações.
- d) Otimização do uso de recursos humanos e materiais, com a delegação de atividades logísticas e técnicas à empresa contratada.

9.5. A contratação atende ao princípio da economicidade, resultando em maior aproveitamento dos recursos financeiros, humanos e materiais do CFESS, ao mesmo tempo em que garante a segurança, qualidade e eficiência do processo de emissão dos DIPs.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (Art. 18, § 1º, X, Lei 14.133/2021)

10.1. Providências Administrativas Preliminares: Antes da celebração do contrato, a Administração tomará as seguintes providências para garantir a regularidade e o cumprimento das exigências legais, operacionais e contratuais:

- a) Aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), com base nos dados levantados, para assegurar que todas as condições e requisitos da contratação estejam adequadamente planejados, permitindo a realização da licitação e a futura execução contratual com eficiência.
- b) Definição dos Gestores e Fiscais do Contrato, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, garantindo que haja pessoas designadas e capacitadas para acompanhar a execução do contrato, verificar o cumprimento das obrigações e tomar as providências necessárias em caso de inadimplemento.

10.2. Capacitação para Fiscalização e Gestão Contratual: A Administração, por meio do CFESS, adotará as seguintes medidas para garantir que os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato estejam devidamente capacitados:

- a) Treinamento de Gestores e Fiscais do Contrato: Antes da assinatura do contrato, será promovido um treinamento específico para os servidores designados para fiscalizar e gerenciar a execução do contrato. O treinamento abordará temas como:
 - i. Acompanhamento de execução contratual: Como monitorar a produção e entrega dos DIPs, garantir o cumprimento dos prazos, padrões de qualidade e requisitos de segurança.
 - ii. Fiscalização de qualidade: Procedimentos para verificar se o produto entregue está conforme o especificado no edital e no contrato.
 - iii. Gestão de contratos e resoluções de problemas: Capacitação em técnicas de resolução de conflitos contratuais, aplicabilidade de penalidades e comunicação eficiente com a empresa contratada.

- b) Apoio de Consultoria Técnica, se necessário: Caso seja identificado que a capacitação interna não seja suficiente, poderá ser contratada uma consultoria especializada para fornecer suporte adicional e garantir o cumprimento das melhores práticas na fiscalização.

10.3. Preparação e Organização Logística: Além das capacitações relacionadas à gestão do contrato, também serão tomadas providências para organizar a logística do processo de fiscalização, como:

- a) Organização de processos e documentação: Preparação de sistemas ou ferramentas adequadas para registro e monitoramento da execução do contrato.
- b) Planejamento de reuniões periódicas de acompanhamento: Agendamento de encontros regulares com os gestores e fiscais para discussão de andamento e resolução de possíveis questões contratuais.

10.4. Garantias para Implementação do Treinamento e Acompanhamento: Será assegurada a existência de recursos materiais e financeiros adequados para o treinamento contínuo dos servidores envolvidos no processo de fiscalização, garantindo a adaptação às possíveis modificações do contrato ao longo de sua execução. Essa estrutura será revisada periodicamente, conforme os resultados e eventuais desafios identificados.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, XI, Lei 14.133/2021)

11.1. A solução a ser contratada deverá observar a compatibilidade com contratações anteriormente realizadas pelo CFESS, em especial com o contrato vigente mantido com a empresa **Implanta Informática Ltda.**, responsável atualmente pelo fornecimento, gestão e manutenção dos dados cadastrais utilizados pelo Sistema CFESS/CRESS.

11.2. Nesse sentido, como parte das obrigações contratuais, a futura contratada deverá realizar a integração com a API a ser disponibilizada pelo Implanta, por meio de um Linked Server, no qual será concedido acesso a uma VIEW específica, contendo os pedidos disponíveis para processamento, bem como permissões para atualização dos respectivos status, possibilitando a comunicação entre os sistemas de informática atualmente utilizados pelo Sistema CFESS/CRESS e o software a ser disponibilizado no âmbito da presente contratação.

11.3. A referida integração, operacionalizada por meio do Linked Server e da VIEW disponibilizada pelo Implanta, deverá possibilitar a captação, transmissão e processamento seguro dos dados necessários ao processo de emissão das Carteiras de Identidade Profissional, garantindo:

- a) a interoperabilidade entre os sistemas envolvidos;
- b) a compatibilidade tecnológica entre as plataformas utilizadas;
- c) a integridade, autenticidade e confiabilidade das informações transmitidas;
- d) a segurança no tratamento e armazenamento dos dados;
- e) a eficiência operacional no fluxo de emissão das carteiras profissionais.

11.4. Considerando que o processo envolve o tratamento de **dados pessoais de profissionais registrados**, a solução tecnológica deverá observar as disposições da **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)**, especialmente no que se refere aos princípios de **segurança, prevenção, necessidade e finalidade**, bem como à adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

11.5. A adoção dessa solução visa assegurar a **integração e interoperabilidade entre sistemas institucionais**, promovendo maior eficiência administrativa, confiabilidade das informações e continuidade dos serviços prestados, em conformidade com o **princípio da eficiência previsto na Lei nº 14.133/2021**, bem como com as **boas práticas de governança digital e segurança da informação aplicáveis à Administração Pública**.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (Art. 18, § 1º, XII, Lei 14.133/2021)

12.1. A presente contratação envolve a produção e fornecimento de Carteiras de Identidade Profissional, atividade que pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao **consumo de matérias-primas, insumos de impressão e geração de resíduos provenientes do processo produtivo.**

12.2. Considerando tais aspectos, a contratada deverá adotar práticas que contribuam para a **redução de impactos ambientais**, observando, sempre que possível, princípios de sustentabilidade e uso racional de recursos naturais durante o processo de fabricação das carteiras.

12.3. Entre as medidas mitigadoras **recomendadas**, destacam-se:

- a) utilização de matérias-primas e insumos que atendam a padrões ambientais aplicáveis, sempre que disponíveis no mercado;
- b) adoção de processos produtivos que priorizem o uso eficiente de energia, água e demais recursos naturais, buscando reduzir desperdícios durante a fabricação;
- c) destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados no processo produtivo, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- d) adoção de práticas que favoreçam a redução, reutilização ou reciclagem de materiais, sempre que tecnicamente viável.

12.4. Caso haja geração de resíduos ou materiais passíveis de reaproveitamento decorrentes do processo de produção, a contratada deverá observar as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, adotando medidas de destinação ambientalmente adequada e, quando aplicável, mecanismos de logística reversa.

12.5. Considerando as características da contratação, não se identificam impactos ambientais significativos ou permanentes associados à execução do objeto, desde que observadas as boas práticas ambientais e as disposições legais aplicáveis ao processo produtivo.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (Art. 18, § 1º, XIII, Lei 14.133/2021)

13.1. Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, da estimativa de custos, dos requisitos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto, bem como da verificação de sua compatibilidade com os sistemas e contratações correlatas existentes, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se **adequada, necessária e viável** para o atendimento das demandas institucionais do CFESS.

13.2. A solução proposta atende aos requisitos de **eficiência, segurança da informação, interoperabilidade entre sistemas e continuidade dos serviços**, garantindo a adequada emissão das Carteiras de Identidade Profissional e o pleno funcionamento das atividades administrativas relacionadas ao registro e controle dos profissionais vinculados ao Sistema CFESS/CRESS.

13.3. Ademais, a estimativa de preços realizada demonstra **compatibilidade com os valores praticados no mercado e em contratações públicas similares**, evidenciando a razoabilidade do valor estimado e a adequação da metodologia utilizada para sua definição.

13.4. Diante do exposto, conclui-se que a realização da presente contratação é **tecnicamente recomendável e administrativamente conveniente**, uma vez que contribui para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, em conformidade com os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e interesse público**, previstos na legislação aplicável às contratações públicas.

Brasília-DF, na data de assinatura.

Keliane Souza de Jesus
Coordenadora Administrativo-Financeiro



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
IDENTIDADE PROFISSIONAL DE ASSISTENTE SOCIAL

NOME

REGISTRO Nº

VIA



CPF

NASCIDO(A)

ASSINATURA DO(A) PROFISSIONAL



NOME CIVIL

FILIAÇÃO

NATURAL DE

DATA DA INSCRIÇÃO



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

NACIONALIDADE

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO



CFESS

ASSINATURA DO(A) PRESIDENTE CRESS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E TEM FÉ PÚBLICA
(ART. 17 DA LEI Nº 8.662/93 E LEI Nº 6.206/75).

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - UASG: 926614
(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 03/2025)**

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

Para cumprimento dos níveis de serviço, a **CONTRATADA** deverá observar, no mínimo, os indicadores de desempenho listados nas tabelas abaixo, os quais serão utilizados pela Administração para acompanhamento da execução contratual e eventual aplicação de ajustes no pagamento, conforme previsto neste instrumento.

Indicador Nº 01 – Cumprimento do Prazo de Produção das Carteiras

Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a capacidade da contratada em cumprir os prazos de produção das Carteiras de Identidade Profissional.
Meta a Cumprir	Produzir e disponibilizar mínimo de 95% das carteiras dentro do prazo estabelecido após o processamento dos lotes.
Instrumento de Medição	Relatórios de produção e registros do sistema de controle da emissão das carteiras.
Forma de Acompanhamento	Conferência dos relatórios apresentados pela contratada e validação pela fiscalização do contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$(\text{Carteiras entregues dentro do prazo} \div \text{Total de carteiras produzidas no período}) \times 100$
Início da Vigência	Início da execução contratual
Faixas de Ajustes no Pagamento	≥95%: 100% pagamento; 90–94%: 98% pagamento; 85–89%: 95% pagamento; <85%: 90% pagamento

Indicador Nº 02 – Qualidade das Carteiras Produzidas

Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a qualidade das carteiras produzidas, reduzindo erros de impressão, personalização ou defeitos físicos.
Meta a Cumprir	Índice máximo de 2% de retrabalho ou substituição de carteiras.
Instrumento de Medição	Registro de ocorrências de defeitos ou solicitações de substituição registradas pelos CRESS ou CFESS.
Forma de Acompanhamento	Controle de ocorrências pela fiscalização do contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$(\text{Quantidade de carteiras com defeito} \div \text{Total de carteiras produzidas}) \times 100$
Início da Vigência	Início da execução contratual
Faixas de Ajustes no Pagamento	≤2%: pagamento integral; 2,01–4%: 98%; 4,01–6%: 95%; >6%: 90%

Indicador N° 03 – Disponibilidade da Integração entre Sistemas (API)

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o funcionamento contínuo da integração entre os sistemas do CFESS/CRESS e o sistema da contratada.
Meta a Cumprir	Disponibilidade mínima de 99% do sistema de integração.
Instrumento de Medição	Logs do sistema, relatórios técnicos e registros de indisponibilidade.
Forma de Acompanhamento	Monitoramento técnico pela fiscalização contratual.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$(\text{Tempo total disponível} \div \text{Tempo total do período}) \times 100$
Início da Vigência	Após implementação da integração
Faixas de Ajustes no Pagamento	$\geq 99\%$: pagamento integral; 97–98,99%: 98%; 95–96,99%: 95%; $< 95\%$: 90%

Indicador N° 04 – Cumprimento do Cronograma de Processamento dos Lotes

Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a regularidade no processamento dos lotes mensais de pedidos aprovados.
Meta a Cumprir	Processamento de 100% dos lotes programados no período.
Instrumento de Medição	Registro de processamento dos lotes no sistema.
Forma de Acompanhamento	Conferência pela fiscalização do contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$(\text{Lotes processados} \div \text{Lotes previstos no período}) \times 100$
Início da Vigência	Início da execução contratual
Faixas de Ajustes no Pagamento	100%: pagamento integral; 75–99%: 97%; $< 75\%$: 92%

Indicador N° 05 – Atendimento às Solicitações Técnicas do CFESS

Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a capacidade da contratada em atender solicitações técnicas relacionadas ao serviço prestado.
Meta a Cumprir	Atender mínimo de 95% das solicitações dentro do prazo definido pela fiscalização.
Instrumento de Medição	Registro de chamados ou solicitações técnicas.
Forma de Acompanhamento	Controle de atendimento pela fiscalização contratual.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$(\text{Solicitações atendidas no prazo} \div \text{Total de solicitações}) \times 100$
Início da Vigência	Início da execução contratual
Faixas de Ajustes no Pagamento	$\geq 95\%$: pagamento integral; 90–94%: 98%; 85–89%: 95%; $< 85\%$: 90%

FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

Indicador ???	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	
Observações:	

MINUTA DE CONTRATO
(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 03/2025)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CFESS Nº **/2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO
FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL E A EMPRESA
*****, ADOTANDO-SE O REGIME DA LEI N.
14.133/2021**

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, autarquia federal, regulamentado pela Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, com sede no SHS, Quadra 6, Complexo Brasil 21, Bloco E, Sala 2001, CEP- 70322-915, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o número 33.874.330/0001-65, neste ato representado por sua Conselheira Presidente **Kelly Rodrigues Melatti**, brasileira, assistente social, portadora da Cédula de Identidade RG nº **** e do CPF nº ****, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro a empresa ***, com sede ***, CEP: ****, inscrita no CNPJ nº ***, neste ato representada por ***, portador do CPF nº ***, doravante denominado Contratado, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo nº ****, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ****, e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1 Contratação de serviços de natureza continuada, por meio de empresa especializada na prestação de serviços de **criação do leiaute e fornecimento de documentos de segurança e emissão de Documento de Identidade Profissional (DIP) em Cartões em Policarbonato**, sob demanda, para atender às necessidades do Conselho Federal de Serviço Social, situado em Brasília-DF, e os Conselhos Regionais de Serviço Social dos Estados e do Distrito Federal, consoante especificações deste Termo de Referência.

1.2 Fornecer e manter o sistema/software de digitalização dos formulários, além de treinar os trabalhadores dos respectivos Regionais para o uso do software.

Item	Quantidade Estimada	Descrição	Valor Unitário	Valor total Estimado
1	17.000 unidades anualmente	<p>Fornecimento de Documento de Identidade Profissional (DIP): Cartão em Policarbonato, com Chip PKI homologado pelo ICP, com Fundo complexo artístico; com Tintas OVI (Tinta Opticamente Variável), Anti-scanner, Anti-stokes, Ultravioleta, Relevo Tátil e gravação laser, com fornecimento de Software, suporte técnico e treinamento (online), sendo que o envio das DIPs para cada Regional, fica sob responsabilidade da licitante contratada.</p> <p>OBS: O Documento de Identidade Profissional fornecido</p>	R\$ ***	R\$ ***

		<i>pelo CRESS terá as seguintes características: número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), fotografia da/o inscrita/o, nome por extenso, nome social, filiação, nacionalidade, naturalidade, data do nascimento, número de registro no CRESS, data da primeira inscrição, sede do exercício profissional, local e data da expedição, assinaturas da/o Presidente e da/o portador/a.</i>		
--	--	---	--	--

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 Os materiais deverão ser entregues nas dependências das sedes dos Conselhos Regionais de Serviço Social, conforme endereços disponíveis em anexo.

1.5 **A CONTRATADA responderá integralmente pelas despesas decorrentes do transporte do material, tais como embalagens, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.**

CLAUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – GESTÃO CONTRATUAL ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

3.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

3.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato

todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

3.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

3.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

3.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

3.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

3.7.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

3.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

3.8.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

3.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

3.9.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

3.9.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

3.9.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21](#),

X).

3.10 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

3.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

3.12 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total estimado da contratação é de R\$ *** (****), e o valor unitário é de R\$ *** (****).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([ART. 92, V E VI](#))

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([ART. 92, V](#))

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, em ****.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INPC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([ART. 92, X, XI E](#)

XIV

- 8.1 São obrigações do Contratante;
- 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.10.1 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([ART. 92, XIV, XVI E](#)

XVII

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - 9.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho

do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10 CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)),

com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem se

10.10.1 r desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([ART. 92, XII E XIII](#))

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([ART. 92, XIV](#))

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa**: *moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

- e) **Multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12.

12.3 *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).*

f)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

(Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 Indenizações e multas.

13.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([ART. 92, VIII](#))

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos especificados na dotação a seguir discriminada:

Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.041-Despesas com DIP - Documento de Identidade Profissional
Centro de Custo: 01.04.01.01 - ATIVIDADE - Expedição do Documento de Identidade Profissional – DIP

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Circunscrição de Brasília – DF, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

18.2 Lido e achado conforme entre as partes e por estarem assim justos e contratados, lavrou-se este contrato em 2 (duas) vias de igual teor que vai per todos assinados, atendidas as formalidades legais, para que produza os efeitos de direitos.

Brasília, na data de assinatura

Kelly Rodrigues Melatti
Conselho Federal de Serviço Social
Conselheira Presidenta
Contratante

Contratada